

Crise do IPE exige reforma estrutural

Um programa global de ajuste fiscal e, sobretudo, uma reforma estrutural.

Estas são as saídas propostas pela Comissão Especial criada na Assembleia Legislativa para apresentar sugestões à recuperação do Sistema de Previdência do Estado. Presidida pelo Deputado Otomar Vivian e relatada pelo Deputado João Luiz Vargas, a Comissão concluiu que o Rio Grande do Sul tem apresentado deficiência em sua capacidade de investimento devido ao crescente comprometimento com os inativos e os pensionistas.

O relatório final foi aprovado no dia 03 de abril, por 28 votos a seis, após seis meses de trabalho.

Para equilibrar a situação do IPE, os Deputados César Busatto e Otomar Vivian sugeriram a constituição de um fundo de ativos no qual possam ingressar as ações de empresas estatais como as do Banrisul, da Corag, da CEEE, da Sulgás, da Procergs e da CRM, que poderiam criar um “lastro” para esse fundo.

A Comissão Especial, segundo o Agente Fiscal do Tesouro do Estado Roberto Calazans, propõe a criação de um único fundo de previdência que seja de regime de caixa para os atuais servidores e de capitalização para os novos servidores que ingressarem a partir de uma determinada data. “Deve-se garantir a independência financeira entre o Fundo de Previdência e o Tesouro Estadual, separar as áreas de saúde e previdência e definir uma política salarial



Dep. Otomar Vivian preside Comissão

única para o conjunto dos servidores”, explica Calazans, afirmando que, além disso, o Estado também deve definir políticas de pessoal, a fim de reduzir o crescimento vegetativo da folha de pessoal, e políticas de desenvolvimento econômico.

Conforme o Agente Fiscal do Tesouro do Estado Carlos Alberto Pacheco de Campos, a única proposta do atual governo para salvar o IPE é aumentar as alíquotas de 11% para 17,6%. “Isso é um absurdo. Se continuar o atual projeto petista, os servidores públicos terão que suportar o aprofundamento do arrocho salarial”.

O Presidente da Comissão, Deputado Otomar Vivian, diz que “o fundo de ativos permitirá viabilizar o IPE sem aumentar a alíquota de contribuição dos servidores dos atuais 11% para 17,6%, conforme a proposta da Comissão”. Vivian, em entrevista ao jornal *Correio do Povo* (27/02), citou o Consórcio Azulprev,

que realizou um diagnóstico do instituto e previu que o valor do fundo deverá chegar a R\$ 5 bilhões para gerar recursos e equilibrar o sistema previdenciário gaúcho. “Matéria previdenciária é questão de Estado e precisa de análise isenta. As sugestões encaminham para solução definitiva, com base no fundo de previdência em regime de capitalização”, destacou.

“Os dados apontam para a necessidade de mudarmos totalmente a estrutura do IPE. O aumento de alíquota será paliativo”, ressalta o Deputado João Luiz Vargas.

Conclusões

- 1) Definição de uma política contributiva com base em um estudo atuarial consistente e devidamente atualizado (o último estudo similar foi elaborado em 1997).
- 2) Estabelecimento de uma política de contratação e de grau de reposição dos servidores públicos, pois é muito difícil a redução das vantagens dos servidores inativos, que são amparados por direito adquirido.
- 3) Busca da apuração dos tempos de contribuição de outro regime de previdência, computados para efeito de aposentadoria – o que implica a formatação de bancos de dados socioeconômicos dos servidores estaduais.
- 4) Ações efetivas visando à federalização da dívida do Estado junto ao IPERGS.
- 5) Definição de políticas de pessoal visando à redução do crescimento vegetativo da folha de pessoal.